

# **A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**EDILSON PRUDENCIO DE BARROS**

**GRADUADO EM PEDAGOGIA**

**PELA UFT- UNIVERSIDADE**

**FEDERAL DO TOCANTINS.**

## **RESUMO:**

*A pesquisa tem como objetivo analisar e demonstrar a importância da geografia nos anos iniciais do ensino fundamental, para construção de conceitos que valorizem a formação social do sujeito. O intuito é mostrar como trabalhar os conceitos básicos do ensino de geografia no terceiro e quarto ano do ensino fundamental para a formação do cidadão como sujeito e não como objeto, nesse sentido a disciplina de fundamentos metodológicos do ensino de geografia do curso de pedagogia da Universidade Federal da Tocantins Campus de Arraias foi que deu base para essa pesquisa. Assim, destacam-se autores tal como: Rui Moreira (1994), Luiz Carlos Freitas (1995), Lana de Souza Cavalcanti (1998), Ana Fani Alessandri Carlos (2006), José William Vesentini (1989), PCN,s de História, Geografia (1997), dentre outros. Considerando esses apontamentos, foi possível organizar o trabalho em dois capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro, intitulado de (REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA GEOGRAFIA) faz-se um breve relato histórico da geografia a partir da compreensão de teóricos que aborda a geografia, sendo este subdividido em três tópicos, sendo um identificado por “Um Breve Relato Histórico da Geografia”, considerações finais e outros conceitos que proporciona o conhecimento da geografia.*

**PALAVRAS – CHAVE:** Educação, ensino de Geografia e sujeito social.

## **ABSTRACT:**

*The research aims to analyse and demonstrate the importance of geography in the initial years of elementary school, for construction of concepts that value the social formation of the subject. The intent is to show how to work the basics of geography education in the third and fourth year of elementary school to the formation of social subject, in this respect the discipline of geography teaching methodological fundamentals of pedagogy at the Federal University of Tocantins Campus of Stingrays was that gave basis for this research. So, include authors such as: Rui Moreira (1994), Luiz Carlos Freitas (1995), Lana de Souza Chandra (1998), Ana Fani Alessandri Carlos (2006), Joseph William Vesentini (1989), PCN, s of history, geography (1997), among others. Considering these notes, it was possible to organize the work in three chapters, in addition to the introduction and the conclusion. In the first, titled (REFLECTIONS on the teaching of GEOGRAPHY) made a brief account hist.*

**KEYWORDS:** Education, Teaching of Geography and social subject.

## INTRODUÇÃO:

A pesquisa tem como objetivo analisar e demonstrar a importância da geografia nos anos iniciais do ensino fundamental, no 3º e 4º ano, na Escola Municipal Ciriaca Ataídes Guimarães situada na zona rural no município de Monte Alegre-GO. O trabalho busca refletir sobre a ausência dos conhecimentos geográficos no processo de formação do indivíduo nos anos iniciais do ensino fundamental, considerando que este é um momento significativo para construção de conceitos que valorizem a formação social do sujeito.

O intuito é mostrar como trabalhar os conceitos básicos do ensino de geografia no terceiro e quarto ano do ensino fundamental para a formação de sujeito social, nesse sentido a disciplina de fundamentos metodológicos do ensino de geografia do de pedagogia da Universidade Federal da Tocantins Campus de Arraias foi que deu base para essa pesquisa.

Procedimentos metodológicos desenvolvido na pesquisa foram pesquisa bibliográfica enfocando autores que enfatiza o ensino da geografia na formação social e compreender os conceitos básicos do ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental nos anos escolares citados, a pesquisa de campo e aplicação de questionário semi-estruturado com questões abertas e fechadas aplicadas para dois professores, um coordenador pedagógico, um diretor e 13 alunos entre o 3º e 4º ano dos anos iniciais do ensino fundamental a qual foram analisados por meio de tabulações e apresentados em forma de gráficos, a pesquisa documental como os Parâmetros Curriculares Nacionais, Projeto Político Pedagógico e a Matriz Curricular.

A partir da análise dos dados, observou-se que os profissionais mencionados não têm o domínio dos conceitos básicos Geográficos necessários para proporcionar um melhor aprendizado para os alunos e em consequência, os alunos demonstraram também um elevado grau de desconhecimentos dos conceitos. Entende-se que existe uma clara necessidade de capacitação dos profissionais da escola para trabalhar com o ensino de Geografia nos dois anos observados e para que assim, possam colaborar efetivamente na formação de cidadãos críticos - sujeitos sociais.

[edilsonuft@gmail.com](mailto:edilsonuft@gmail.com) professor dos anos iniciais.

Como se evidencia nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia o ensino na escola dessas disciplinas deve possibilitar que os indivíduos adquiram conceitos necessários para construir uma postura de criticidade no mundo em que vivem e também para dominarem os conceitos básicos de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Considerando esses apontamentos, foi possível organizar o trabalho em três capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro, intitulado de (REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA GEOGRAFIA) faz-se um breve relato histórico da geografia a partir da compreensão de teóricos que aborda a geografia, sendo este subdividido em três tópicos, sendo um identificado por “Um Breve Relato Histórico da Geografia” e outro sobre a “Definição Teórica dos Conceitos Trabalhados Pela Geografia” e a “Importância do Ensino de Geografia”.

A pesquisa focalizou também a discussão sobre a questão da “carga horária disponibilizada para o ensino de geografia”, por considerar que ela é bem menor do que a de língua portuguesa e para a matemática, sendo uma proposta adotada pelo Estado de Goiás.

As considerações finais expostas ao final deste trabalho denotam as interpretações a partir da análise do Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) e das práticas a partir do questionário semiestruturado e respostas obtidas pelos questionários aplicados à direção da escola, coordenadora, professoras e alunos.

## CAPÍTULO I: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA

### 1.1 UM BREVE RELATO HISTÓRICO DA GEOGRAFIA

A Geografia segundo Moreira (1994, p. 15) no seu termo mais remoto, nasceu entre os gregos, junto com o nascimento da filosofia, da história e do teatro. Ainda vai mais além, foi na Grécia que as lutas pela democracia ganharam profundidade e duração entre os povos da antiguidade, na qual a geografia ganha forças pela democracia e acabam despertando os interesses dos mercadores, que impõem aos gregos uma talassocracia<sup>1</sup>. Embora não haja aí uma separação, talvez se possa falar que a geografia evolui sob duas vertentes: primeiramente é o ato político, coletivo e totalizante, assim sem a preocupação do nome, nelas está presente a geografia, e pensando numa sociedade posta de transformação. No entanto, a segunda seria, sobretudo na forma de relatos de povos, terras e mapas, feitos para servir ao capitalismo e o poder público. Assim a geografia surgiu para atender a classe dominante.

Para Moreira (1994), um detalhe importante e significativo da história da geografia Moderna é o seu caráter marcadamente nacional. O autor enfoca que:

A geografia científica, tal como hoje é conhecida e popularizada a partir da escola, nasceu no período de 150 anos que se estende a partir de 1750. Mas é filha sobretudo do século XIX. Nasce entre os alemães Kant, Humboldt, Ritter e Ratzel, entre os mais proeminentes. Embora desponte na Alemanha, a geografia atual é um amálgama. Detalhe significativo da história da “geografia moderna” é o seu caráter marcadamente nacional. Fala-se, por exemplo, de “escola alemã”, “escola francesa”, “escola anglo-saxônica”, “escola sueca” de geografia. O atual discurso da geografia é o produto final dos embates que dominam as relações entre os imperialismos alemão e francês ao longo do século XIX, principalmente em suas últimas décadas (MOREIRA, 1994. p. 15).

Para Vlach (1989) a geografia na qualidade de ciência institucionalizada embora durante o século XIX, havia dado preciosa

---

<sup>1</sup> Talassocracia é domínio do mar ou império marítimo, característica de civilizações antigas como os fenícios, cretenses, gregos e romanos. Definição obtida em: <http://www.cocemsuacasa.com.br/ebook/glossario/167.htm>. Acesso em 15/06/09.

contribuição à constituição/consolidação de uma forma essencialmente europeia de organização, política e territorial, do espaço geográfico. Esse autor afirma que:

O Estado-Nação que, com muita precisão havia espacializado as relações políticas, econômicas, culturais da burguesia industrial, de maneira que, através da escola, a geografia inculcava o amor a pátria, nos termos de uma ideologia nacionalista embasada no pressuposto da igualdade de todos, como se todos fossem de fato cidadãos; ao mesmo tempo que através de trabalhos de reconhecimento e cartografia do território, estabelecia as fronteiras de cada estado moderno (VLACH, 1989, p. 155).

Na visão de Vesentini (1989) os objetivos também nacionalistas e patrióticos nortearam a marcha do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde sua fundação, em 1838, no entanto, no sentido de acumulação de datas e fatos da história e da terra brasileira, faltava porem o caráter científico aos seus trabalhos, ainda que auto-intitulados inúmeras vezes, como descrição científica de províncias, que caminhava para uma “Geografia Moderna” que estuda o universo em relação aos seus habitantes.

Moreira (1994) afirma que os estudos da geografia marcaram profundas transformações, levando que levou vários intelectuais a fazerem uma reflexão da mesma, ressaltando na proposta de uma Conferência Internacional de Geografia em 1876.

## **1.2 Definições Teóricas dos conceitos trabalhados pela Geografia**

Para Cavalcanti (1998) a geografia é entendida como ciência social, que estuda todo universo numa relação homem-natureza e que está diretamente implicada nas transformações do mundo. A geografia crítica postulava uma ciência geográfica de cunho marxista, e a partir daí cresceram os questionamentos ao chamado de socialismo real, abrindo brechas na aparente solidez do marxismo. O espaço socialmente determinado que constituía o cerne da análise geográfica foram surgindo outras formulações marxistas e não marxista, como o lugar como espaço subjetivo vivenciado pelo sujeito, ora o território como expressão de domínio de grupos de poder.

[edilsonuft@gmail.com](mailto:edilsonuft@gmail.com) professor dos anos iniciais.

Para Moreira (1994), afirma que à “escola francesa” “o imperialismo Francês, portanto, nasce do clima produzido pela derrota da França perante a Alemanha prussiana na guerra de 1870. Que surge para servir a burguesia francesa em seu afã de recuperação de perdas de territórios. Com a guerra sua compensação foi maior expansão colonial e o objetivo da França era expandir o ensino da geografia em seu território”.

Segundo Moreira (1994,) La Blache (1845-1918) personificará a “escola francesa”, por espelhar suas ideias melhor que qualquer de seus companheiros as aspirações do estado Francês. Através de La Blache começa a expandir o ensino de geografia na França. Ao morrer, em 1918, nas chefias dos departamentos de geografia da França, que haviam se multiplicado após a guerra de 1870, a concepção geográfica francesa já se encontrava nos discípulos dos discípulos de La Blache.

Essa concepção de totalidade, quebrada em partes, mas partes interatantes com fins solidários, partes funcionais e autônomas, parecerá produzidas por encomenda pelos geógrafos franceses. Por isto o casamento da geografia com o pensamento funcionalista-positivista será duradouro e feliz, até a década de 50 do século XX, quando a “escola francesa” será destronada de seu longo reinado mundial pela escola “anglo-saxônia” (MOREIRA 1994, p. 37).

A definição de “lugar” é dada no ponto de vista de Cavalcanti (1998) em três perspectivas, sendo a primeira a “Geografia Humanística” que define o lugar como o espaço do vivido, das experiências. Na qual as pessoas vivem e tem relações uma com as outras e que torna-se um lugar de afetividade.

A segunda seria a “concepção histórico-dialética”, a qual a autora ressalta que, lugar pode ser considerado dentro do contexto do processo de globalização. Por ser assim, a compreensão da globalização requer a análise das particularidades dos lugares que ali permanecem, mas que não podem ser entendidas nelas mesmas, ou seja, suas particularidades, que num determinado lugar acaba tendo problemas locais que deve ser visto também como problema global, como os deslocamentos das pessoas para outro lugar.

Cavalcanti (1998, p. 113), ressalta o conceito de “natureza” apontando dois “pólos”. De um lado, a natureza entendida como externa, como reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade é primitiva, criada por Deus e autônoma. De outro lado, a natureza é concebida como universal. O conceito de natureza abrigaria assim, um dualismo entre a exterioridade e a universalidade. Portanto, importa ressaltar a existência, na experiência das pessoas em geral, de mais de uma concepção de natureza na atualidade, sendo suas representações marcadas pela prática social que as produzem, natureza é o organismo humano, numa relação homem-natureza.

Sobre o conceito de “sociedade”, Cavalcanti (1998) afirma que na relação sociedade/natureza importa, para a linha de raciocínio aqui nessa concepção produzir seu conhecimento, é reter a ideia de historicidade da sociedade. A sociedade é que produz seus próprios meios de vida a partir de um intercâmbio com a natureza e que ali envolva seus meios de vida porque os seres humanos dependem da natureza para sua sobrevivência. Que é o agrupamento de indivíduos que vivem de acordo com determinadas regras num certo espaço geográfico.

### **1.3: A Importância do Ensino de Geografia**

A geografia é importante para formação do sujeito social na compreensão de sua espacialidade, como destaca nos Parâmetros Curriculares Nacionais e autores como: José William Vesentini (1989), Lana de Souza Cavalcanti (1998), Rui Moreira (1994) que contribuem para refletir sobre a importância da geografia na transformação da realidade social do sujeito. Cavalcante (1998) afirma que:

A geografia, como ciência social, está diretamente implicada nessas transformações. Já no início dos anos 90, o discurso que ficou conhecido com o rótulo de geografia crítica, que postulava uma ciência geográfica de cunho marxista, começou a ser abalado. Tanto quanto em outras áreas do pensamento científico no mundo, cresceram os questionamentos ao chamado socialismo real, abrindo brechas na aparente solidez do marxismo. Surgiram outros enfoques de explicação e interpretação da realidade. Na geografia, a análise marxista não desapareceu (assim como não desapareceram as



chamadas geografias tradicional e quantitativa), mas adquiriu outras nuances (Cavalcanti, 1998, p. 15)

A autora também chama atenção sobre as possibilidades da Geografia e da prática de ensino de cumprirem papéis politicamente voltados aos interesses das classes populares. No entanto nessa perspectiva, alguns estudiosos alertam para a necessidade de se considerar o saber e a realidade do aluno como referência para o estudo do espaço geográfico, Assim Cavalcanti (1998) aponta toda uma abordagem com relação ao ensino de Geografia, que os conteúdos que são impostos na memória dos alunos não tenham menor importância para sua realidade. Afirmar que esse tipo de ensino é contraditório, e não propicia ao aluno a compreensão do espaço geográfico na sua concretude e que sejam sujeitos críticos.

Para Foucher a Geografia não é uma tarefa fácil, mesmo tendo sua carga horária reduzida, por isso afirma que,

O ensino da Geografia da escola não é uma tarefa fácil, e a reforma do ministro geógrafo Haby, sem dúvida, usa como pretexto as dificuldades existentes a esse respeito para impor o seu fim por “fusão” num bloco de ciências humanas, cuja carga horária é reduzida pela metade, mas será que isso é o suficiente para se isolar num discurso unicamente crítico e recusar toda reflexão sobre o ensino da Geografia, enquanto professores e alunos estão aí, com responsabilidade para com os primeiros, de atender às necessidades dos segundos? Isto supõe que conheçamos as dificuldades de tal ensino e que saibamos colocar em prática uma série de raciocínios aptos a fazer da Geografia um instrumento de uma análise não-mistificadora do mundo (FOUCHER, 1989, p. 13).

Nesse sentido, Vesentini (1989) comenta que o ensino de geografia sempre teve um caráter ideológico e foi utilizado pelo Estado na manutenção do *status quo* da classe dominante:

Não é apenas o conteúdo veiculado, por exemplo: a ideologia patriótica, a ideologia do mérito individual ou do trabalho, entre outras fundamentais para a ordenação burguesa do mundo – que expressa essa natureza capitalista da escola. Também há a inculcação sub-reptícia de uma visão burguesa do tempo, por exemplo,



na exigência de pontualidade, na importância das horas e minutos, na passagem do tempo sendo vivido para o tempo sendo gasto, como valor de troca e não mais apenas valor de uso (VESENTINI, 1989, p. 163).

Segundo os PCN's de Geografia (1997), as primeiras tendências do ensino de Geografia no Brasil nasceram com a fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e do Departamento de Geografia, quando, a partir da década de 40 a geografia, passou a ser ensinada por profissionais licenciados, com forte influência da escola francesa de Vidal de La Blache. Os PCN's de História e Geografia afirmam que:

Os procedimentos didáticos adotados promoviam principalmente a descrição e a memorização dos elementos que compõem as paisagens, sem, contudo, esperar que os alunos estabelecessem relações, analogias ou generalizações pretendia-se ensinar uma Geografia neutra. Essa perspectiva marcou também produção dos livros didáticos até meados da década de 70 e, mesmo hoje em dia, muitos ainda apresentam em seu corpo ideias, interpretações ou até mesmo expectativas de aprendizagem definidas pela Geografia Tradicional (BRASIL, 1997, p. 104).

Contando que o ensino de geografia, segundo Cavalcanti (1998) havia um movimento de renovação do ensino, no Brasil. Nos últimos 20 anos tem sido marcado pela abertura de espaços de debates científicos como (encontros e congressos nacionais, regionais e locais) para a discussão e a divulgação de novas propostas, pela produção de trabalhos dedicados a esse tema e, também, pela produção de livros didáticos que buscam operacionalizar tais propostas e houve um relevante número de dissertações voltado para o ensino de geografia Para a autora:

Um levantamento de teses e dissertações de Geografia, defendidas no Brasil nas duas últimas décadas (1980-1996), revela uma preocupação crescente com a problemática da Geografia no ensino. Esse levantamento permite constatar que houve um crescimento considerável da pesquisa sobre a temática do ensino de 1980 a 1985 o

número de teses e dissertações foi de 8 de 1986 a 1990 esse número cresceu para 17 e de 1991 a 1996. 30. O crescimento numérico de teses e dissertações sobre ensino de Geografia é indicador do reconhecimento dessa problemática e de um investimento acadêmico visando ao seu equacionamento (CAVALCANTI 1998, p. 20).

Segundo Carlos (2004), o trabalho e a contribuição da geografia vêm no sentido de enfrentar essa discussão sobre a formação do sujeito social, não só em seu aspecto epistemológico, de afirmação da disciplina, mas de lidar com essa possibilidade real: a transformação do espaço geométrico em espaço social até a sua apropriação real. Quanto ao sujeito social, a autora afirma que:

É possível, embora este não seja o único objetivo, realizar um trabalho educativo, visando esclarecer os indivíduos sobre sua condição de cidadãos, quando se apropriam do mundo, do país, da cidade, da casa e ao mesmo tempo, decifrando os números limites decorrentes das alienações. O trabalho consiste em discernir as experiências sociais e individuais e, assim potencializá-las. Em outros termos, fazê-los reconhecer a si mesmos como sujeitos sociais, cidadãos. Para tanto, não se trata de hipertrofiar o sentido dos lugares mais próximos, os lugares da experiência imediata dos sujeitos, mas decifrar a superposição e inerência dos diversos espaços sociais justapostos e entremeados (CARLOS. 2004 p. 58).

Segundo Freire (1996) o professor que, ensinando geografia, poda a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma pessoas críticas, mas sim domestica, e acaba reproduzindo uma ideologia imposta. Tal qual quem assume a ideologia fatalista embutida no discurso neoliberal, de vez em quando criticada neste texto, e colocada preponderantemente às situações em que o paciente é as classes populares que tanto sofre para ter liberdade de expressar os seus conhecimentos no sentido de se tornar autônomo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Podemos concluir que há muito que se mudar com relação ao ensino de geografia a começar pela formação dos professores, na capacitação desses profissionais na área da educação do ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Assim haverá metodologias, utilização de materiais adequados de acordo com as necessidades do docente e dos alunos, possibilitando então a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

De acordo com a análise dos dados fica visível que os profissionais que atuam na educação da escola na qual foi feita a pesquisa e os alunos não dominam 100% os conceitos básicos do ensino de geografia.

Mediante os fatos ocorridos no período de observação, da coleta de dados, da análise do PPP, do planejamento, evidenciou-se a desvalorização do ensino de geografia. Tornando-se nítida principalmente com relação à carga horária que é de 3 horas semanais como consta no PPP (2008) da escola onde foram coletados os dados.

Segundo os professores da escola, o livro didático é o único meio de ensinar geografia, sendo que a escola não disponibiliza de outros materiais pedagógicos para tal atividade. A prioridade do ensino é para Língua Portuguesa e Matemática e, a Geografia e a História serão integradas de forma interdisciplinar, atendendo a proposta do Projeto Político Pedagógico da escola e sua Matriz Curricular.

Baseado nas observações durante os estágios de semi-regência, e regência a qual todas as etapas foram na devida escola, percebeu-se que o ensino de geografia é pouco explorado no decorrer das aulas.

A gestão da escola segundo o que consta no PPP (2008) é vista como democrática, porém há uma contraposição com relação ao tipo de gestão da escola no sentido de desenvolver a autonomia pedagógica, transparência pedagógica, na formação crítica para o exercício da cidadania. Uma das questões contraditórias que se pode fazer a respeito é: como a gestão é democrática sendo que a direção não é escolhida pela comunidade escolar, mas sim indicada? Como que a escola diz que promove uma gestão democrática no seu PPP e na prática não a exerce? Certamente essa

compreensão pode tomar rumos decisivos para a formação do indivíduo como sujeito social.

Discordamos com esse raciocínio, pois entendemos que os conteúdos da disciplina de geografia devem ser trabalhados desde a educação infantil, independente dos alunos estarem alfabetizados ou não. Se pensarmos que a geografia só pode ser trabalhada com quem já é alfabetizado provavelmente não iremos ter cidadãos críticos. A aplicação dos conceitos básicos do ensino de geografia começando dos anos iniciais de forma contextualizada proporciona a formação de cidadãos críticos capazes de desenvolver o seu próprio conhecimento e serem reconhecido como sujeito. Cavalcanti (1998, p. 118) aborda inclusive que as relações sociais se dão com a convivência homem-homem. Essa relação se em uma relação com a natureza, transformando-a e transformando a si mesmo.

Com relação à interpretação dos dados fica claro a não compreensão dos conceitos básicos de geografia pelos docentes, diretor e coordenador da escola da forma como aborda Cavalcanti. Mesmo sabendo que a pesquisa foi concretizada no final do 1º do semestre, isso não quer dizer que estes profissionais não devem compreender os devidos conceitos. Inclusive, os alunos já deveriam obter noções mais consistentes dos conceitos geográficos trabalhados nos anos anteriores. Além deste fato, considera-se que a criança já traz de casa uma gama de conhecimentos prévios, nesse sentido transformarem essa vivência empírica para o científico dessa forma pode preparar a criança para formação crítica e criativa.

No tocante à disciplina, percebe-se que pouco se fala da disciplina de geografia, até por que os profissionais que atuam na educação tiveram dificuldades em responder os questionários semi-estruturados. Se não dominam os conceitos, não há como transmitir conhecimentos de forma consistentes para os alunos.

Entendemos que a Universidade Federal do Tocantins diante da sua capacidade de polarização voltada à formação de profissionais da educação deve, a partir desses diagnósticos, proporcionar trabalhos de extensão voltados à capacitação desses profissionais que estão atuando nas unidades escolares carentes dessas atividades.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindows.htm](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindows.htm). Acesso em 14 de abril de 2009.

\_\_\_\_\_. *Lei nº. 93/94 de 20 de dezembro*: 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário da União. Brasília, DF, 23 de dez. de 1996. V. 134, nº. 248, p. 27833 – 27841.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A geografia em sala de aula*. 6. ed., São Paulo: Contexto, 2004.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FOUCHER, Michel. Lecionar a geografia, apesar de tudo. In: VESENTINI J. W. (org.) *Geografia e ensino: Textos críticos*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

LACOSTE, Yves. Liquidar a geografia... Liquidar a idéia nacional? In: VESENTINI, J. W. (org.). *Geografia e Ensino: Textos Críticos*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

MARÇAL, Juliane Corrêa. *Progestão: como promover a construção do projeto pedagógico da escola*. Brasília: CONSED, 2001.

MARQUES, Valéria. 1º SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008. Disponível em: [www.rc.unesp.br/ig/simpgeo/202-213valeria.pdf](http://www.rc.unesp.br/ig/simpgeo/202-213valeria.pdf). Acesso em 13 abril de 2009.

MOREIRA, Ruy. *O que é geografia?* 14. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão Democrática da escola pública*. 3.ed. São Paulo, Ática 2004.

VESENTINI, José William. (Org.) *Geografia e Ensino: Textos Críticos*. [Tradução Josette Giam] Campinas, SP: Papirus, 1989.

\_\_\_\_\_. Educação e ensino da geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: Carlos, Ana Fani A. (org.) *A geografia em sala de aula*. 3. ed.- São Paulo: Contexto, 2001.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Carlos Miguel Delgado e a orientação moderna em geografia. In: VESENTINI, J. W. (org.). *Geografia e Ensino: Textos Críticos*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

[edilsonuft@gmail.com](mailto:edilsonuft@gmail.com) professor dos anos iniciais.